**ATIVIDADE NOTARIAL CONTEMPORÂNEA: UMA ABORDAGEM
 DEONTOLÓGICA**

CONTEMPORARY NOTARY ACTIVITY: A DEONTOLOGICAL ANALYZE

Anna Christina Zenkner¹

Maiara Sanches Machado Rocha²

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo discutir o conceito contemporâneo de ética no desempenho das funções notariais. O colapso do sistema político e econômico brasileiro, em meio a escândalos de corrupção, que desacredita a população e retroage o desenvolvimento do nosso país, faz nascer a imperiosa necessidade de se discutir a função notarial como instrumento do serviço público que nos garante segurança jurídica. Assim, hodiernamente, as atividades notariais devem ser interpretadas à luz da deontologia, pois constituem, declaram, modificam e extinguem direitos, tendo como principal atributo a fé pública que lhes é conferida pelo Estado. Os deveres éticos profissionais dessa classe representam a instrumentalização das garantias e vontades das partes e a efetiva solução para salvaguardar os interesses jurídicos e legais, atuando de forma profilática como meio alternativo para solução de conflitos. O trabalho tem este propósito: demonstrar que a atuação do notariado só atingirá seu fim quando pautada em princípios ético-jurídicos. É, pois, a deontologia notarial de suma importância para assegurar a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos em nosso país, como determinado na Lei dos Notários e Registradores, em contraponto a crise de deveres pela qual passamos.

Palavras-chave: Deontologia Notarial; princípios éticos profissionais; fé pública; segurança jurídica.

ABSTRACT

The present study aims to discuss the contemporary concept of ethics in the execution of notarial functions. The Brazilian political and economic system breakdown, amid corruption scandals, which discredited it's the population and back off the development of our nation, gives rise the

¹Mestranda em Direitos Coletivos e Cidadania pela Universidade de Ribeirão Preto. Email: annaczenkner@hotmail.com

²Mestranda em Direitos Coletivos e Cidadania pela Universidade de Ribeirão Preto; Email: maiarasanches@hotmail.com

V CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA
Desafios Contemporâneos para a Consolidação do Estado Democrático de Direito
UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

imperative necessity of discussing the notarial function as a public service instrument that guarantees legal security. Thus, nowadays, notarial activities must be interpreted considering deontology, since they constitute, declare, modify and extinguish rights, having as their main attribute the public faith, which is entrusted to them by the State. The professional ethical duties of this class represent the materialization of the guarantees and wishes of every person involved and the effective solution to safeguard legal interests, acting prophylactically as an alternative method for resolving conflicts. The job has this purpose: to demonstrate that the accomplishment of the notary will only be reached when based on ethical-legal principles. It is therefore the notarial deontology of paramount importance to ensure publicity, authenticity, security and effectiveness of legal acts in our nation, as determined in the Law of Notaries and Registrars, in counterpoint to the crisis of responsibilities that we are currently facing.

Keywords: Notarial Deontology; Professional ethical principles; public faith; Legal certainty.

1. INTRODUÇÃO

A deontologia é concebida como o instrumento basilar para o desempenho das atividades de notas e de registro. É notória a crise moral enfrentada em nosso país, confirmada diariamente pelos noticiários, ante a onda de corrupção e enxurrada de denúncias de transgressões tanto na esfera pública quanto na privada. Como agente delegado da função estatal e auxiliar da Administração Pública, o notário é o profissional que atua na formalização dos atos e negócios jurídicos, imprimindo fé pública no exercício de suas funções.

Como cediço, a complexidade da atividade notarial é evidente, uma vez que dotado de fé pública, o notário salvaguarda o cumprimento das leis e a vontade das partes, exigindo aplicação moral e ética no exercício de suas funções. A fé pública foi atribuída por meio da Constituição Federal e da Lei Federal n. 8.935, de novembro de 1994, que estabeleceu que os serviços notariais e de registro são os de organização técnica e administrativa destinados a garantir publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos, conforme dispõe o art. 1º da referida Lei.

É sob esse viés que iremos debater o conjunto de regras e princípios deontológicos que normatizam essas atividades. Além disso, em que pese os serviços serem exercidos em caráter privado, eles são desenvolvidos por delegação do Poder Público, sob a regência dos

V CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA
Desafios Contemporâneos para a Consolidação do Estado Democrático de Direito
UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

princípios administrativos da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, expressos no art. 37 da Constituição Federal.

A credibilidade dos atos praticados pelas serventias extrajudiciais é essencial para garantir às pessoas que se utilizam desses serviços a certeza de um atuário-administrativo de qualidade, idoneidade e segurança jurídica, atributos que minimizam as chances de eventual litígio e, por via de consequência, da judicialização, numa atuação profilática da justiça.

O sistema notarial e registral é um sistema secular que realiza, de modo eficiente e creditado, inúmeras atividades no Brasil, sendo imprescindível o agir ético dos profissionais que o conduzem. Diariamente, as serventias extrajudiciais firmam atos e negócios jurídicos, atestam autenticidade, certificam fatos, etc. e os prejuízos que a atuação contrária à lei, à moral e aos princípios que regem a função podem causar às partes são inúmeros.

A Lei 8.935/94 disciplina, no art. 30 e seguintes, as infrações disciplinares que sujeitam os notários e oficiais de registro quando descumprirem determinações legais. O agir inidôneo, além da responsabilidade civil e criminal inculpada pelo parágrafo 1º do art. 37 da Constituição Federal, pode causar efetivos prejuízos tanto de ordem moral quanto econômica às partes ao infirmar um fato ou até mesmo deixar de legitimar um negócio jurídico.

Devido à extensão do tema e aos inúmeros desafios que o exercício da atividade notarial e registral contemporânea oferecem, é que procuramos abordar alguns elementos deontológicos aplicáveis a esse ramo do Direito. Para tanto, desenvolvemos noções acerca do conceito dos princípios éticos profissionais. Logo após, abordamos sobre a fé pública, conferida à classe constitucionalmente. Em seguida, dedicamos o capítulo a deontologia como guia na condução da função e a sua importância para conferir segurança jurídica e higidez aos atos praticados em sociedade. Daí a importância social desse estudo, que poderá contribuir para a efetivação da vontade das partes e de seus direitos de uma forma adequada, segura e eficaz, caracteres essenciais ao serviço extrajudicial delegado e ao bom andamento da vida em sociedade.

2. A DEONTOLOGIA NOTARIAL

V CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA
Desafios Contemporâneos para a Consolidação do Estado Democrático de Direito
UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

2.1 Aprofundamento ético e as relações em sociedade

Ética é parte da filosofia responsável pela investigação dos princípios que motivam, distorcem, disciplinam ou orientam o comportamento humano, refletindo especialmente a respeito da essência das normas, valores, prescrições e exortações presentes em qualquer realidade social³. Nesse sentido, temos a deontologia como a filosofia moral contemporânea, que significa ciência do dever da obrigação. A deontologia estabelece a relação de deveres e condutas dos profissionais ligados à área.

No enfoque ético-moral, para José Renato Nalini, a profissão é definida como uma atividade pessoal, desenvolvida de maneira estável e honrada, ao serviço de outros e a benefício próprio, de conformidade com a própria vocação e em atenção à dignidade da pessoa humana.⁴

Nalini apresenta o conceito de ética como a ciência do comportamento moral dos homens organizados em sociedade. Dessa forma, o objeto da ética é a moral. E a moral é entendida como um dos aspectos do comportamento humano, é parte do modo como os homens se relacionam entre si; é constituída por um conjunto de regras que compõem as formas como os indivíduos se relacionam. A função da ética é normativa, à medida que deve descobri-las e elucidá-las. A norma apresenta um dever que pode ser obedecido ou não.⁵

Os princípios morais e éticos são os alicerces para formação de um profissional justo, imparcial, digno e comprometido na manutenção da ordem nas relações sociais. No mesmo sentido, João Baptista Herkenhoff estabelece a concepção de ética no mundo do “dever ser” (mundo dos juízos de valor), em contraposição ao mundo do “ser” (mundos dos juízos de realidade) principalmente por sua moral e não pela aparência.⁶

A ética deve ser aplicada de forma essencial em todas as atividades profissionais, pois está associada ao conjunto de atitudes assumidas no desempenho da profissão que podem influenciar à vida em sociedade.

³HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva. Versão monousuário 3.0. jun. 2009.

⁴NALINI, José Renato. **Ética geral e profissional**. 2ª Ed. Rev. E Amp. São Paulo: RT, 1999, p.169.

⁴NALINI, José Renato, *op. cit.*, p. 36-37.

⁵HERKENHOFF, João Baptista. **Direitos Humanos: Uma idéia, muitas vozes**. 3. ed. Aparecida (SP): Editora Santuário, 2001.

V CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA
Desafios Contemporâneos para a Consolidação do Estado Democrático de Direito
UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

No mesmo sentido, as profissões devem seguir a deontologia. Em especial, a profissão jurídica é regida pela deontologia forense, a qual indica o conjunto das normas éticas e comportamentais que devem ser observadas por estes profissionais. O princípio essencial da deontologia forense é agir segundo ciência e consciência.⁷

Para Nalini, os princípios da deontologia forense são: o princípio da conduta ilibada; o princípio da dignidade e do decoro profissional; o princípio da incompatibilidade; o princípio da correção profissional; o princípio do coleguismo; o princípio da diligência; o princípio do desinteresse; o princípio da confiança; o princípio da fidelidade; o princípio da independência profissional; o princípio da reserva; o princípio da lealdade e da verdade e; o princípio da discricionariedade.⁸

Antônio Roberto Oliveira ensina que a origem da palavra deontologia está relacionada com a ciência dos deveres profissionais nos seguintes termos:

O estudo e o conhecimento da Deontologia (do grego deontos = dever e logos = tratado) se voltam para a ciência dos deveres, no âmbito de cada profissão.

É o estudo dos direitos, emissão de juízos de valores, compreendendo a ética como condição essencial para o exercício de qualquer profissão. A ética é indispensável ao profissional, porque na ação humana “o fazer” e “o agir” estão interligados. O fazer diz respeito à competência, à eficiência que todo profissional deve possuir para exercer bem a sua profissão. O agir se refere à conduta do profissional, ao conjunto de atitudes que deve assumir no desempenho de sua profissão.

Tanto a moral como o direito baseiam-se em regras que visam estabelecer certa previsibilidade para as ações humanas. Ambas, porém, se diferenciam.

A moral estabelece regras que são assumidas pela pessoa, como uma forma de garantir o seu bem-viver. Independe das fronteiras geográficas e garante uma identidade entre pessoas que sequer se conhecem, mas utilizam este mesmo referencial moral comum.

O direito busca estabelecer o regramento de uma sociedade delimitada pelas fronteiras do Estado. As leis têm uma base territorial, que valem apenas para a área geográfica onde uma determinada população ou seus delegados vivem.

A ética é o estudo geral do que é bom ou mau, correto ou incorreto, justo ou injusto, adequado ou inadequado. Um dos seus objetivos é a busca de justificativas para as regras propostas pela Moral e pelo Direito. Ela é diferente de ambos – Moral e Direito – pois não estabelece regras.⁹

O dispositivo constitucional que serve de ponto de partida para construção de uma reflexão ética profissional da Administração Pública, atribuída aos profissionais da área

⁷NALINI, José Renato. **Ética geral e profissional**, op. cit., p. 185-186.

⁸ NALINI, José Renato. *op. cit.*, p. 186-204.

⁹OLIVEIRA, Antônio Roberto. **Ética Profissional**. Belém, 2012. Disponível em: <http://estudio01.proj.ufsm.br/cadernos/ifpa/tecnico_metalurgica/etica_profissional.pdf> Acesso em: 16 jul. 2017.

V CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA
Desafios Contemporâneos para a Consolidação do Estado Democrático de Direito
UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

notarial e registral, está expresso no art. 37 da Constituição Federal, que põe a moralidade como princípio fundamental na regênciadas atividades administrativas. Tanto a moral como o direito baseiam-se em regramentos para alcançar a vida harmônica em sociedade.

Humberto Ávila esclarece que a Constituição Federal, longe de conceber uma palavra isolada à moralidade, atribui-lhe grande importância em vários dos seus dispositivos, sendo que a sumária sistematização do significado preliminar desses dispositivos demonstra que a Constituição Federal se preocupou com padrões de conduta de vários modos¹⁰.

Nesse sentido a manifestação de Humberto Ávila:

A utilização dessas diretrizes pode ser exemplificada no exame do princípio da moralidade, ainda que de modo sintético. O dispositivo que serve de ponto de partida para a construção do princípio da moralidade está contido no art. 37 da Constituição Federal, que põe a moralidade como sendo um dos princípios fundamentais da atividade administrativa. A Constituição Federal, longe de conceber uma palavra isolada à moralidade, atribui-lhe grande importância em vários dos seus dispositivos. A sumária sistematização do significado preliminar desses dispositivos demonstra que a Constituição Federal preocupou-se com padrões de conduta de vários modos.¹¹

Com efeito, ainda segundo entendimento do doutrinador, o princípio da moralidade, que estendemos ao presente estudo à ética profissional, exige condutas sérias, leais, motivadas e esclarecedoras, mesmo que não previstas na lei, pois constituem violação ao princípio da moralidade a condutada adotada sem parâmetros objetivos e baseada na vontade individual do agente e o ato praticado sem a consideração da expectativa criada.¹²

No âmbito profissional, as leis são elaboradas com intuito de proteger os exercentes e as pessoas que delas dependem. Logo, muitas questões não constam de forma específica e são determinadas pelo compromisso ético do profissional em agir de forma idônea.

Sob outro viés, a função principal da conduta ética rege definição dos princípios que o fundamentam e se articula em torno de dois eixos de normas: direitos e deveres¹³. Assim, o

¹⁰ ÁVILA, Humberto. **Teoria dos Princípios da definição à aplicação dos princípios jurídicos**. 9ª Ed. Ampliada e atualizada. São Paulo: Malheiros, 2001, p. 94.

¹¹ *Id.*, p. 94

¹² **Teoria dos Princípios da definição à aplicação dos princípios jurídicos**. São Paulo: Malheiros, 2001, p. 96.

¹³ OLIVEIRA, Antônio Roberto. **Ética Profissional**. Belém, 2012. Disponível em: <http://estudio01.proj.ufsm.br/cadernos/ifpa/tecnico_metalurgica/etica_profissional.pdf> Acesso em: 16 jul. 2017.

¹² NALINI, José Renato. **Ética geral e profissional**, *opcit*, p. 170.

V CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA
Desafios Contemporâneos para a Consolidação do Estado Democrático de Direito
UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

problema fundamental em relação à definição de direitos é o estabelecimento de normas garantidoras e, ao definir deveres, vige o padrão de conduta exigido para vida em sociedade.

Proteger as relações profissionais com um conjunto de normas com atuação ética define sentido e valor, estabelecendo o fim a ser alcançado nas relações sociais. Para Jean-Jacques Rousseau, a primeira e mais importante consequência dos princípios está em que somente a vontade geral tem possibilidade de dirigir as forças do Estado, segundo o fim de sua instituição, isto é, o bem comum; pois, se a oposição dos interesses particulares tornou necessário o estabelecimento das sociedades, foi a conciliação desses mesmos interesses que a tornou possível.¹⁴

Rousseau esclarece, ainda, que a vontade geral é sempre reta e tende sempre a utilidade pública; mas não significa que as deliberações do povo tenham sempre a mesma retidão. Quer-se sempre o próprio bem, porém nem sempre se o vê; nunca se corrompe o povo, mas se o engana com frequência, e é somente então que ele parece desejar o mal.¹⁵

Nesse aspecto, preponderantemente moral, a profissão pressupõe um conjunto de pessoas, racionalmente organizadas, com divisão do trabalho direcionado à consecução da finalidade social que é o bem comum¹⁶. No exercício profissional, o espírito de serviço, de doação ao próximo, de solidariedade é característica essencial.¹⁷

A profissão como um agir humano, de forma ética, é enfatizada pela doutrina. Conforme Fabíola Queiroz:

O que se quer enfatizar é que a profissão é um agir humano em dois sentidos: a) em benefício próprio, para satisfazer um bem particular; e b) em benefício da coletividade, quando o exercício da profissão realiza sua função social natural. Esses objetivos são conjugados: "adota-se o serviço contemplando o bem alheio e com o intuito de atender à própria necessidade de subsistência" (NALINI, 1999, p.170). A opção por determinada profissão implica no seu exercício estável e honroso. O exercício profissional deve acontecer em harmonia com o primado máximo da dignidade humana. As atividades laborais humanas não existem por primeiro para movimentar a economia, mas para a realização integral das pessoas, concretizando

¹⁴ROSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**. Trad, Rolando Roque da Silva. Edição eletrônica, Ed. RidendoCastigat Mores. Disponível em <www.jahr.org>. Acesso em: 16 jul. 2017. p. 36.

¹⁵*Ibid.*, p. 36.

¹⁶QUEIROZ, Fabíola Gabriela Pinheiro de. **Ética do notário no desempenho de suas funções**. Disponível em: <<https://jus.com.br/art.s/18723>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

¹⁷NALINI, José Renato. **Ética geral e profissional**, op. cit., p. 170.

V CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA
Desafios Contemporâneos para a Consolidação do Estado Democrático de Direito
UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

suas potencialidades até a plenitude possível. Os demais aspectos são importantes, mas secundários.¹⁸

Com efeito, a deontologia das profissões, e em especial do notário no desempenho de suas funções, é fundamento essencial para manutenção da ordem pública e o desenvolvimento da vida em sociedade. Prima-se pela qualidade dos serviços prestados de um modo geral e pela evolução não só em termos tecnológicos, mas também pela evolução ética e moral. Nestes casos, a solução construtiva e participativa das relações extrajudiciais é essencial para a manutenção da paz social, ao conferir forma à vontade das partes, em respeito às determinações legais, e conferir-lhe autenticidade quando realmente legítimas.

2.2 Deontologia Notarial na atualidade e eficácia dos documentos notariais

Historicamente, o conceito de notário evoluiu bastante, já que passou de mero redator com caráter autenticante de tornar crível o que afirmassem correr em sua presença, para se tornar um profissional do direito que, além de redigir os devidos instrumentos jurídicos com fé pública, conhece o direito, qualifica-o juridicamente e assessora, de modo imparcial, as partes envolvidas no negócio jurídico¹⁹.

Dotado de direitos e deveres, o âmbito de sua atuação consta no art. 236 da Constituição Federal, o qual é regulamentado na Lei 8.935, de 1994, atuando de acordo com o princípio da legalidade, traduzida pela sua submissão à lei.

O art. 5º, inciso II, da Constituição da República de 1988, preceitua expressamente que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa em virtude de lei”.²⁰ No mesmo sentido, José Afonso da Silva escreve em sua obra Curso de Direito Constitucional Positivo que:

[...] a palavra lei, para a realização plena do princípio da legalidade, se aplica, em rigor técnico, à lei formal, isto é, ao ato legislativo emanado dos órgãos de

¹⁸ QUEIROZ, Fabíola Gabriela Pinheiro de. **Ética do notário no desempenho de suas funções**. Disponível em: <<https://jus.com.br/art.s/18723>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

¹⁹ QUEIROZ, Fabíola Gabriela Pinheiro de. **Ética do notário no desempenho de suas funções**. Disponível em: <<https://jus.com.br/art.s/18723>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

²⁰ BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 28 jul. 2017.

V CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA
Desafios Contemporâneos para a Consolidação do Estado Democrático de Direito
UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

representação popular e elaborado de conformidade com o processo legislativo previsto na Constituição (arts. 59 a 69). Há, porém, casos em que a referência à lei na Constituição, quer para satisfazer tão-só as exigências do princípio da legalidade, quer para atender hipóteses de reserva (infra), não exclui a possibilidade de que a matéria seja regulada por um “ato equiparado”, e ato equiparado à lei formal, no sistema constitucional brasileiro atual, serão apenas a lei delegada (art. 68) e as medidas provisórias, convertidas em lei (art. 62), as quais, contudo, só podem substituir a lei formal em relação àquelas matérias estritamente indicadas nos dispositivos referidos.²¹

Portanto, como um profissional da área jurídica, atrelado ao cumprimento legal, o agir ético e probo dos notários é determinante, pois, conforme ensinamento de Nalini, tem a missão especial de examinar "o torto e o direito ao cidadão no mundo social em que opera". É, ao mesmo tempo, um profissional público, estudioso, interpretador e aplicador das leis e do direito, persuasivo, psicólogo, orador, escritor; sua ação defensiva e sua conduta incidem profundamente sobre o contexto social em que atua.²²

Como profissional do direito, o tabelião promove, sob a confiança do Estado e com a certificação da fé pública, a confecção de atos e negócios jurídicos, o que faz insurgir diversos reflexos jurídicos, muitos deles discutidos nas esferas judiciais. Vejamos:

Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROMESSA DE COMPRA E VENDA. CLÁUSULA DE CONSOLIDAÇÃO DE PROPRIEDADE. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. BEM IMÓVEL. A constituição da alienação fiduciária em garantia, prevista na Lei nº 9.514/97, pela sua própria natureza, importa em alienação do domínio, de modo que o inadimplemento do comprador fiduciante conduz ao retorno da propriedade ao vendedor fiduciário. Devidamente constituído em mora o devedor, **até porque o ato notarial reveste-se de fé pública**, e não tendo purgado a mora, pode o credor fiduciário diante da consolidação da propriedade do imóvel levá-lo a leilão extrajudicial, como no caso em análise. NEGARAM PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. UNÂNIME²³

Como novo paradigma, a função notarial é exclusiva, sendo que a lei por um lado lhe confere a fé pública, mas por outro impõe um regimesevero de responsabilidades civis, administrativas e criminais, pois não se pode colocar em xeque a credibilidade dos atributos de presunção de veracidade que rege esses serviços.

²¹ SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 25ª edição. São Paulo: Editora Malheiros, 2005, p. 421.

²²NALINI, José Renato. **Ética geral e profissional**, op. cit., p.172

²³TJRS, Agravo de Instrumento Nº 70072041155, Vigésima Câmara Cível, Rel. Des.Walda Maria Melo Pierro, Julgado em 22/02/2017.

V CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA
Desafios Contemporâneos para a Consolidação do Estado Democrático de Direito
UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

Deste modo, têm-se diversas condenações de notários punidos por atos caracterizados como ímprobos, como no julgado ora trazido à baila:

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. TABELIÃ E REGISTRADORA DO SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE JÚLIO DE CASTILHOS. ATOS ÍMPROBOS CARACTERIZADOS, MARCADAMENTE PELO AGIR DOLOSO DA RÉ, QUE SE ENQUADRAM NOS ARTS. 9º, CAPUT, E 11, CAPUT, DA LEI 8.429/92, A DETERMINAR A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES PREVISTAS NO ART. 12, I, DO MESMO DIPLOMA LEGAL, À EXCEÇÃO DO RESSARCIMENTO, ANTE A AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE DANO MATERIAL AO ERÁRIO.

A petição inicial explicitou, objetivamente, o imputado agir doloso da ré - o qual restou comprovado nos autos, conforme reconhecido pela sentença objurgada -, consistente na obtenção, enquanto Tabeliã, de vantagem patrimonial indevida não só em reiterados atrasos nos repasses, aos legítimos credores dos títulos apontados em protesto no Serviço Notarial e Registral de Julio de Castilhos, dos valores adimplidos pelos notificados devedores, mas o próprio desvio, para conta de terceiro, de valor adimplido pelo devedor diretamente na serventia, mediante cheque nominal à empresa credora REPSOL de título apontado em protesto, bem como em agir de forma ímproba ao, além de emitir cheques sem fundo em nome da serventia, manipular o sistema de informática da unidade cartorária em benefício próprio, quando esta figurava como sacado em título apontado em protesto, dilatando o prazo, de modo a jamais se concretizar o protesto, mesmo quando do pagamento a destempo.

Informações prestadas, na fase judicial, por quem agiu como interventor na serventia, bem como por ex-funcionários desta, circundadas pelos demais depoimentos e provas documentais produzidas sob o crivo do contraditório, autorizam a formação de juízo de certeza sobre os atos de improbidade administrativa perpetrados pela ré, mediante - além de obtenção de vantagem patrimonial indevida em razão do cargo (art. 9º, caput, da Lei 8.429/92), o que se revela, inclusive, no só fato dela se ter valido, ordinariamente, por semanas, de valores a serem repassados aos credores dos títulos quitados pelos devedores, quando do aponte em protesto no Tabelionato de Protesto de Júlio de Castilhos - afronta aos princípios da moralidade e legalidade, ante a violação dos deveres de honestidade e imparcialidade, quando da manipulação de prazos, retardando ou deixando de praticar atos de ofício inerentes ao seu cargo, colocando em xeque, perante a população, a própria credibilidade da fé pública que rege os serviços notariais e registrais (art. 11 da Lei 8.429/92)

Ausência de dano ao patrimônio público material não descaracteriza a improbidade administrativa consubstanciada no enriquecimento ilícito com a obtenção de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício do cargo, na acepção do art. 9º, caput, da Lei 8.429/92, mas somente afasta a possibilidade de condenação ao ressarcimento ao erário, como bem pontuado, v.g., pela íncrita Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, quando do julgamento, em 08/3/2016 (DJe 2 Ministro Benedito Gonçalves, do REsp 1412214/PR).

Quanto à dosimetria das sanções aplicadas, considerando os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, a fim de que a reprimenda cumpra com a função de repressão e prevenção à improbidade, adequado se mostra, à espécie, nos termos do art. 12, I, da Lei 8.429/92: (i) a perda da Delegação do Serviço Notarial e Registral de Júlio de Castilhos, o que, na instância administrativa, acabou por ser decretada, conforme Boletim nº 39.067, publicado do DJe 23/5/2016, p. 4; (ii) a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos

V CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA
Desafios Contemporâneos para a Consolidação do Estado Democrático de Direito
UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja a ré sócia majoritária, pelo prazo de dez anos; (iii) a suspensão dos direitos políticos por oito anos. APELO DESPROVIDO. UNÂNIME.²⁴

Pelo exposto, cabe ao notário receber, interpretar e dar forma à vontade das pessoas que procuram seus serviços, redigindo os instrumentos adequados para conferir-lhes autenticidade, advertindo os interessados das consequências legais do ato de sua vontade²⁵, além de promover a gestão da própria serventia extrajudicial, responsabilizando-se por todas as questões civis, criminais e trabalhistas que da atribuição decorrem.

Aliás, a força da fé pública está condicionada ao cumprimento dos profissionais aos parâmetros legais e a observância dos princípios que regem a matéria, ou seja, atribuir a maior eficácia possível no desempenho da atividade, já que pelos documentos elaborados por estes profissionais se criam, modificam, garantem e extinguem direitos. Quanto mais ampla e profunda for a conexão de seus preceitos normativos com a verdade real, afinada com o propósito de conservar o bem comum, maior será a perspectiva destes elementos desenvolverem de forma efetiva e imparcial a profissão que lhes compete.

Por conseguinte, os notários têm o dever de respeitar a lei, adequando-a ao caso concreto e não podem ser corrompidos pelo poder. Quando ignorados os elementos fomentadores da atribuição de forma à vontade das partes que procuram estes serviços para salvaguardar seus direitos, se vê a necessidade de punição, situação que provoca a fragilidade da força normativa e a instabilidade jurídica-social dos serviços e deve ser cada vez mais combatida a fim de alcançarmos o bem comum e o cumprimento das leis e dos deveres ético-morais.

3. FÉ PÚBLICA E ATA NOTARIAL COMO INSTRUMENTO PROBANTE

Como visto, o princípio basilar que rege a atividade notarial e registral é a fé pública. A fé pública é atribuída pela Constituição Federal e pela Lei Federal 8.935/94a esses

²⁴TJRS, Apelação Cível Nº 70059697615, Terceira Câmara Cível, Rel. Des. Ricardo Bernd, Julgado em 07/07/2016.

²⁵QUEIROZ, Fabíola Gabriela Pinheiro de. *Ética do notário no desempenho de suas funções*. Disponível em: <<https://jus.com.br/art.s/18723>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

V CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA
Desafios Contemporâneos para a Consolidação do Estado Democrático de Direito
UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

delegatários, que atuam na qualidade de representantes estatais. Por meio da fé pública, os atos e documentos são declarados autênticos e em conformidade com a lei.

Marcone Alves Mirando esclarece que este instrumento não só garante a legalidade de uma relação jurídica como também dá validade e segurança a esta relação prevenindo o conflito e a litigiosidade.²⁶

Daniele Xavier Freitas, ao tratar da ata notarial, ensina que a ata bem executada, consistente em uma narrativa precisa, detalhada e isenta de fatos ou eventos, apresenta as vantagens das provas pessoais, uma vez que seu conteúdo é formulado por uma pessoa com plena capacidade de interpretação das impressões que seus sentidos lhe fornecem. Considerando que este meio de prova pode, ainda, ser complementado com documentos adicionais (registros fotográficos, fonográficos etc.), verifica-se que tal instrumento possui potencial para embasar um quadro probatório extremamente sólido.²⁷

Faz-se necessário esclarecer que a ata notarial é meio de prova típico pelo qual o tabelião afirma a existência ou o modo de existir de algum fato, sem emitir qualquer juízo de valor e consiste na presunção de veracidade do seu conteúdo.

Durante a vigência do Código de Processo Civil (CPC) de 1973, a ata notarial era considerada meio atípico de prova, não estando expressa na lei processual. Todavia, a partir da entrada em vigor do novo Código de Processo Civil, por meio da Lei 13.105/2015, esta passou a ser considerado um meio típico de prova, constante no art. 384. Vejamos:

Art. 384. A existência e o modo de existir de algum fato podem ser atestados ou documentados, a requerimento do interessado, mediante ata lavrada por tabelião.
Parágrafo único. Dados representados por imagem ou som gravados em arquivos eletrônicos poderão constar da ata notarial

²⁶MIRANDA, Marcone Alves. **A importância da atividade notarial e de registro no processo de desjudicialização das relações sociais. Âmbito Jurídico.** Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?colunas&colunista=11378_&ver=649>. Acesso em: 17 jul. 2017.

²⁷FREITAS, Danielli Xavier. **Ata Notarial como meio de prova judiciária.** Disponível em: <<https://daniellixavierfreitas.jusbrasil.com.br/art.s/138425271/ata-notarial-como-meio-de-prova-judiciaria>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

V CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA
Desafios Contemporâneos para a Consolidação do Estado Democrático de Direito
UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

Clarice Gomes preleciona que o novo CPC elencou a ata notarial como espécie típica de prova, de grande valor e com extensa credibilidade em virtude da fé pública do notário, trazendo, inclusive, economia processual e mais celeridade.²⁸

Ainda, segundo ensinamento da doutrinadora, diversas são as formas de utilização da ata notarial, tais quais inspeção judicial, realização de vistorias, substituição ao depoimento de testemunhas, documentação do conteúdo de um e-mail, documentação de discussões e situações ocorridas no âmbito de reuniões societárias ou assembleias de condomínio, documentação do barulho feito por um vizinho que sempre promove festas, documentação da entrega de chaves de um imóvel locado, documentação de uma marca sendo utilizada indevidamente por determinada empresa em seu site oficial, entre outras.²⁹

Para Wendell Jones Fioravante Salomão e Luísa Ângelo Meneses Caixeta Silva, a importância das provas dentro da sistemática processual é indiscutível. O êxito da causa está intimamente ligado à existência ou não de determinada prova, e justamente através da Fé Pública do Tabelião e seus propositos, a ata notarial se destaca cada vez com mais força, solidez e reconhecimento no mundo jurídico, pois permite conferir autenticidade a palavra de uma das partes, interferindo diretamente no convencimento daquele que está apto a decidir a causa e entregar a prestação jurisdicional.³⁰

Resta evidente a importância destes documentos, os quais presumem-se legítimos constituindo documento seguro e legal conferidos aos requerentes, podendo servir, inclusive, como prevenção de conflitos. Nesse sentido, ainda segundo Fioravante Salomão e Caixeta Silva, a função assessora do Tabelião é auxiliar as partes, explicando e instruindo sob as possibilidades legais com seus requisitos e consequências indicando o meio jurídico adequado para determinada situação:

²⁸ GOMES, Clarice. **Novo CPC aceita ata notarial como meio de prova segura**. Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2015-mai-30/clarisse-gomes-cpc-aceita-ata-notarial-prova-segura>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

²⁹ *Id.*, *ibid.*, *loc. cit.*

³⁰ SALOMÃO, Wendell Jones Fioravante e SILVA, Luísa Ângelo Meneses Caixeta. **O novo alcance da ata notarial dentro do novo Código de Processo Civil**. Disponível em <<http://www.notariado.org.br/index.php?pG=X19leGliZV9ub3RpY2lhcw==&in=NTYwMg>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

V CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA
Desafios Contemporâneos para a Consolidação do Estado Democrático de Direito
UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

A função legitimadora confere aos atos e fatos particulares a forma jurídica adequada redigindo o instrumento público a partir do requerimento, capacidade das partes, do objeto e do próprio ato.

Por fim, a função autenticadora emana a presunção de veracidade dos documentos ali transcritos, escritos, arquivados e emitidos pela serventia, como prova plena a luz do direito, e com obrigatoriedade da conservação do documento notarial.

A fim de se demonstrar o avanço no uso da ata, e corroborando o texto do novo Código de Processo Civil, recentemente, a Corregedoria Geral de Justiça deste Estado, incluiu em suas normas a previsão que o Tabelião poderá nas atas notariais expor fatos lícitos ou ilícitos, desde que a requerimento da parte, bem como a produção antecipada de prova, tratada no art. 846 do atual Código de Processo Civil, poderá envolver todo e qualquer meio de prova.

Destarte, em meio a este cenário e avançando no tema, o novo Código de Processo Civil foi bastante feliz ao inserir a ata notarial dentro do sistema probante e ainda mais por regular seu uso para os casos relacionados aos meios eletrônicos.³¹

Portanto, a relação entre a fé pública e a presunção de veracidade dos atos praticados pelos notários constitui elemento basilar a legitimar a profissão, demonstrando a nova sistemática processual civil a preocupação em arrolar como meio de prova a ata notarial como instrumento probatório abalizado pela fé pública.

4.A deontologia como guia na condução da função notarial e a sua importância para conferir segurança jurídica e higidez aos atos praticados em sociedade

Conforme ensinamento de Nalini, em tempos pós-modernos, na sociedade de risco na qual vivemos - identificada pela pluralidade de atores, pela despersonalização e assimetria das relações jurídicas, pela hipercomplexidade, pela velocidade das comunicações, pela industrialização e pelo avanço tecnológico -, a função tabelioa encontra campo propício à sua valorização, ao incremento de seu prestígio, pois escorada na confiança, no valor que “viabiliza o funcionamento do sistema, na medida em que reduz a complexidade social ao desprezar as variáveis abstratas, distantes e complicadas”³².

Da mesma forma, para o estudioso Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho, definição do mundo como visão do mundo põe em jogo toda a existência humana,

³¹ *Id., ibid., loc. cit.*

³² NALINI, José Renato *apud* KONDER, Carlos Nelson. **CGJ-SP divulga Provimento nº 14/2013 e autoriza a participação do notário no procedimento de dúvida registral**. Disponível em: <http://www.arpensp.org.br/principal/index.cfm?tipo_layout=SISTEMA&url=noticia_mostrar.cfm&id=18082>. Acesso em: 28.jul.2017.

V CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA
Desafios Contemporâneos para a Consolidação do Estado Democrático de Direito
UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

desde quando o próprio compreender do humano (o que tudo e ele mesmo é) define-se com e a partir do mundo.³³

O doutrinador esclarece a redefinição do mundo:

(...)A redefinição do mundo (que está em causa em todo encontro com o outro humano que, diante de mim, propõe o mundo como sendo algo diferente do que o mundo é para mim) tem evidentes consequências práticas, eis que todo pensamento, toda decisão, dá-se a partir de/em um mundo como universo significativo. O que faremos, o que devemos fazer, o que somos, o que fomos, tudo está ou pode estar em jogo quando o mundo – como horizonte significativo em que cada ente (inclusive o si mesmo) tem sentido – está em jogo. Pensado nas relações interculturais ou intercivilizacionais, o encontro entre mundos desnuda a dificuldade inevitavelmente envolvida no tratamento da “diferença” que precisa ser vencida para que a convivência possa realizar-se.³⁴

Percebemos, assim, que a sociedade contemporânea vivencia um novo momento histórico, no qual almeja a redução de riscos nas relações, devido à complexidade das instituições modernas, da qual o sistema jurídico-notarial não pode ficar alheio. A qualidade de jurista e os princípios informadores da função notarial destacados e concretizados, com reforço da independência jurídica e da confiança que a orienta, do aconselhamento e do assessoramento jurídicos formam o traço distintivo e ético da atuação notarial.³⁵

Nessa linha de ideias, o tabelião não é um escrevinhador, simples redator de documentos, um batedor de carimbos, um chancelador. É profissional do direito, jurista titular de fé pública, cuja atividade – fundada na independência e na confiança do Estado e das pessoas – é preordenada a garantir a segurança jurídica e a paz social. É um agente público, malgrado não titularize cargo nem ocupe emprego público. Exerce atividade fundamental à prevenção de conflitos.³⁶

Por consequência, a deontologia deve ser o guia na condução da função notarial, de suma importância para conferir segurança jurídica e higidez aos atos praticados em sociedade.

³³ COELHO, Nuno Manuel Morgadinho dos Santos. **Direito, filosofia e a humanidade como tarefa**. Curitiba: Juruá, 2012. p.49

³⁴ *Id.*, p.49

³⁵ NALINI, José Renato. **CGJ-SP divulga Provimento nº 14/2013 e autoriza a participação do notário no procedimento de dúvida registral**. Disponível em: <<https://arpen-sp.jusbrasil.com.br/noticias/100249570/provimento-cg-n-40-2012-altera-a-redacao-do-capitulo-xiv-das-normas-de-servico-da-corregedoria-geral-da-justica>>. Acesso em 20 jul. 2017.

³⁶ NALINI, José Renato. **CGJ-SP divulga Provimento nº 14/2013 e autoriza a participação do notário no procedimento de dúvida registral**. Disponível em: <<https://arpen-sp.jusbrasil.com.br/noticias/100249570/provimento-cg-n-40-2012-altera-a-redacao-do-capitulo-xiv-das-normas-de-servico-da-corregedoria-geral-da-justica>>. Acesso em 20 jul. 2017.

V CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA
Desafios Contemporâneos para a Consolidação do Estado Democrático de Direito
UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

O apuro deontológico importa em vivenciar eticamente a profissão. Se há profissões que encerram certa imoralidade intrínseca, a dos notários e registradores envolve uma intrínseca moralidade. Pois, não é altamente moral, por acaso, a função de quem contribui à manutenção da segurança jurídica e da paz social, constituindo-se no confidente de seus concidadãos e em regulador de suas relações de direito?³⁷

É certo que os compromissos assumidos com a função têm como fim garantir a segurança e a prova dos atos e negócios praticados e se munir de instrumentos capazes de gerar a eficácia necessária para perfectibilizar o negócio jurídico. Trata-se de uma forma de lograr estabilidade nas relações jurídicas. É, portanto, a materialização da segurança jurídica, primado do Direito.

Nos dias atuais, ética é a palavra mais empregada no espaço público. Não há mais nenhum lugar em que ela não seja empregada diariamente, inclusive na mídia, conforme afirmou o professor Clóvis de Barros Filho na palestra realizada no XX Congresso Notarial do Brasil. “A ética nada mais é do que uma alusão à melhor maneira de agirmos. É uma liberdade coletiva na qual definimos as normas para uma melhor convivência em sociedade”, explicou.³⁸

Para Fernando Alves Montanari

Ao mesmo tempo em que a atividade extrajudicial foi evoluindo com muito suor, determinação e o emprego da inteligência dos notários, necessário foi conceber, aplicar e desenvolver um conjunto de normas que pudessem reger o serviço para que caminhos tortuosos não fossem percorridos, para que o bem geral fosse respeitado e para que esta aparelhagem pudesse dar conta das pretensões e necessidades que a sociedade carecia e carece.³⁹

Já Clóvis de Barros Filho preleciona que é impossível fiscalizar as pessoas a todo momento, por isso é necessário que exista confiança entre o grupo, porém os seres humanos são falhos e não se pode confiar totalmente na conduta de uma pessoa ou grupo, devendo-se fiscalizar seus atos periodicamente. O professor explica que a ética não é imutável e que seus parâmetros se atualizam de acordo com a evolução da sociedade que vivemos; portanto a ética

³⁷ *Id., ibid., loc. cit.*

³⁸ *Id., ibid., loc. cit.*

³⁹ MONTANARI, Fernando Alves. **Deontologia Notarial: Introdução e Importância**. Disponível em <<https://arpen-sp.jusbrasil.com.br/noticias/135942630/art.-deontologia-notarial-introducao-e-importancia-fernando-alves-montanari>>. Acesso em 20 jul. 2017

V CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA
Desafios Contemporâneos para a Consolidação do Estado Democrático de Direito
UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

não é uma tabela pronta com condutas de pode ou não pode. Sempre nos deparamos com situações novas, no dia a dia, e vamos pensando em novas normas para convivermos melhor. A vida, assim como a ética, não tem fórmulas prontas.⁴⁰

O expositor abordou ainda a relação da ética com a fidelidade e o que move o ser humano a cumprir seus compromissos. Nesse sentido, para ele a fidelidade é sempre de nós para nós mesmos, é um respeito ao nosso próprio passado, um respeito ao que é proposto. Barros Filho esclareceu também que a melhor conduta de ética é a que responde à pergunta “O que é o bem maior que deve ser buscado em sua vida?”. Em resposta, ensina que na hora da dúvida, devemos escolher o caminho que leve à excelência, pois ela é o bem maior, devemos perquirir a excelência em nós mesmos, pois ela é a condição de felicidade.⁴¹

Segundo Barros Filho, o caminho contrário à ética sempre é o mais fácil, e a sociedade – tentadora – oferece soluções práticas à vida. Contudo, devemos resistir e buscar alcançarmos o melhor resultado em tudo que fizermos. Para o autor, a excelência de nós mesmos é a única coisa que devemos perseguir durante nossa vida. Se não a alcançarmos, seremos como uma planta que não se desenvolveu e são nossas escolhas que determinam nossos valores. Não importa o que recebemos ao nascermos, mas o que fizemos ao longo de nossa vida.⁴²

O palestrante asseverou também que as pessoas que agem de um jeito contrário ao que foi acordado, articulando-se contra o restante do grupo, estão destruindo sua instituição, e, conseqüentemente, destruindo o mundo que deixarão a seus descendentes, pois a ética só importa quando alguém abre mão de um ganho para proteger um outro. Relações de confiança são construídas quando se é fiel aos valores que se promete respeitar, construindo assim uma condição de vida mais feliz.⁴³

Para que hodiernamente pudéssemos contar com o serviço público que nos beneficia de forma ímpar com a segurança jurídica que esperamos dele, por meio da atividade desenvolvida pelos titulares dos serviços extrajudiciais e seus prepostos, com a força da fé

⁴⁰FILHO, Clóvis de Barros. **Clóvis de Barros Filho: depoimento em painel sobre a Ética Notarial**. Disponível em <<http://www.notariado.org.br/index.php?pG=X19leGliZV9ub3RpY2lhcw==&in=NjQ5Mw==>>. Acesso em 20 jul. 2017.

⁴¹*Id., ibid., loc. cit.*

⁴²*Id., ibid., loc. cit.*

⁴³*Id., ibid., loc. cit.*

V CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA
Desafios Contemporâneos para a Consolidação do Estado Democrático de Direito
UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

pública (seu principal atributo), foi necessária uma sucessão natural (às vezes, forçada) de acontecimentos que os livros e artigos especializados sobre a matéria dão conta de registrar, nos instruir e garantir que as futuras gerações deles tomem conhecimento.⁴⁴

Para Nalini, o século XXI ou será ético, ou não existirá. A asserção é eloquente, profética. Mas, segundo o doutrinador, o século XXI começou e a ética não ganhou adesão irrestrita por parte dos mais poderosos, sinal de que a pregação insistente precisa continuar.⁴⁵ Logo, ética sempre foi tema dos pensadores e não existe filósofo que não tenha se detido sobre ela. Por mais que se reflita, se escreva ou se reescreva, o assunto é infinito, já que a necessidade de um agir ético é cada dia mais cogente e urgente.⁴⁶

Segundo Nalini, a novidade contemporânea é a revalorização da moral, pois o desprezo e conseqüente desprestígio dos valores e das instituições, atingiu um patamar em que a humanidade passou a sentir vergonha de sua própria condição.⁴⁷ O mundo é um projeto que parece ter falhado em termos de convívio harmônico e saudável e o grande desafio da civilização é conseguir oferecer a *todos* um patamar digno de subsistência e regras que, se não resultem de um consenso absoluto, ao menos mostrem racionalidade para que se justifique sua imposição e cumprimento.⁴⁸

Assim sendo, a deontologia, associada a ética e a moral, é basilar à manutenção da ordem e paz social, e na função notarial é de suma importância para conferir segurança jurídica e higidez aos atos praticados, já que esses profissionais, na qualidade de instrumentadores da vontade das partes, salvaguardam as relações interpessoais amparadas pela confiança neles depositada.

5. CONCLUSÃO

⁴⁴ MONTANARI, Fernando Alves. **Deontologia Notarial: Introdução e Importância**. Disponível em <<https://arpen-sp.jusbrasil.com.br/noticias/135942630/art.-deontologia-notarial-introducao-e-importancia-fernando-alves-montanari>>. Acesso em 20 jul. 2017

⁴⁵ NALINI, José Renato. **Ética da Magistratura: Comentários ao Código de ética da Magistratura Nacional - CNJ**. 3ª Ed. Rev. E Amp. Ed. Revista dos Tribunais – RT, p. 301.

⁴⁶ *Id.*, p. 301.

⁴⁷ *Id.*, p. 301.

⁴⁸ *Id.*, p. 301.

V CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA
Desafios Contemporâneos para a Consolidação do Estado Democrático de Direito
UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

A organização do Estado tem como bússola norteadora os princípios deontológicos, os quais garantem o êxito das relações privadas e asseguram a preservação dos interesses sociais. Assim, o acesso à justiça por meio da atuação preventiva do notariado brasileiro deve ser reconhecido como o vetor que possibilita a aplicação das leis de forma imparcial.

Por se tratar de uma função essencial com fé pública, já consagrada em nossos serviços públicos e creditado pela institucionalidade jurídica, o serviço notarial e registral deve avançar nesse campo deontológico, ampliando sua capacidade de ação para resolver um conjunto de controvérsias sem a necessidade de jurisdicionalização.

Objetivamos uma alternativa na aplicação das leis e melhoria das relações, ante a crise ética que nosso país enfrenta. O fato de estar presente de modo institucionalizado com profissionais com formação em direito, certificadores de atos e negócios jurídicos, habilita a função notarial a contribuir para a produção de novos espaços complementares para se construir soluções para problemas jurídicos e sociais pautados na ética.

O desenvolvimento da Nação brasileira necessita ser moldado pela educação e cultura, tendo no respeito ao outro seu primado básico, assim como a responsabilidade e o respeito pela legislação e regulamentação. A aplicação da deontologia, por seus princípios éticos, possibilita o correto exercício das atividades profissionais, em destaque a notarial. Daí a motivação do presente trabalho: auxiliar na implementação de um modelo jurídico profissional, que respeite a justiça, a fé pública e, especialmente, a ética – cada dia mais urgente na vida em sociedade.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Humberto. **Teoria dos Princípios da definição à aplicação dos princípios jurídicos**. 9ª Ed. Ampliada e atualizada. São Paulo: Malheiros, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 28 jul.2017.

COELHO, Nuno Manuel Morgadinho dos Santos. **Direito, filosofia e a humanidade como tarefa**. Curitiba: Juruá, 2012.

V CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA
Desafios Contemporâneos para a Consolidação do Estado Democrático de Direito
UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

FILHO, Clóvis de Barros. **Clóvis de Barros Filho: depoimento em painel sobre a Ética Notarial.** Disponível em

<<http://www.notariado.org.br/index.php?pG=X19leGliZV9ub3RpY2lhcw==&in=NjQ5Mw=>
=>. Acesso em 20 jul. 2017.

FREITAS, Danielli Xavier. **Ata Notarial como meio de prova judiciária.** Disponível em:
<<https://daniellixavierfreitas.jusbrasil.com.br/art.s/138425271/ata-notarial-como-meio-de-prova-judiciaria>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

GOMES, Clarice. **Novo CPC aceita ata notarial como meio de prova segura.** Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2015-mai-30/clarisse-gomes-cpc-aceita-ata-notarial-prova-segura>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

HERKENHOFF, João Baptista. **Direitos Humanos: uma idéia, muitas vozes.** 3. ed. Aparecida (SP): Editora Santuário, 2001.

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva. Versão monousuário 3.0. jun. 2009.

MIRANDA, Marcone Alves. **A importância da atividade notarial e de registro no processo de desjudicialização das relações sociais. Âmbito Jurídico.** Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?colunas&colunista=11378_&ver=649>. Acesso em: 17 jul. 2017.

MONTANARI, Fernando Alves. **Deontologia Notarial: Introdução e Importância.** Disponível em <<https://arpen-sp.jusbrasil.com.br/noticias/135942630/art.-deontologia-notarial-introducao-e-importancia-fernando-alves-montanari>>. Acesso em 20 jul. 2017.

NALINI, José Renato. **Ética geral e profissional.** 2ª Ed. Rev. E Amp. São Paulo: RT, 1999.

NALINI, José Renato. **CGJ-SP divulga Provimento nº 14/2013 e autoriza a participação do notário no procedimento de dúvida registral.** Disponível em: <<https://arpen-sp.jusbrasil.com.br/noticias/100249570/provimento-cg-n-40-2012-altera-a-redacao-do-capitulo-xiv-das-normas-de-servico-da-corregedoria-geral-da-justica>>.

NALINI, José Renato. **Ética da Magistratura: Comentários ao Código de ética da Magistratura Nacional - CNJ.** 3ª Ed. Rev. E Amp. Ed. Revista dos Tribunais – RT.

V CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA
Desafios Contemporâneos para a Consolidação do Estado Democrático de Direito
UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

OLIVEIRA, Antônio Roberto. **Ética Profissional**. Disponível em: <http://estudio01.proj.ufsm.br/cadernos/ifpa/tecnico_metalurgica/etica_profissional.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2017.

QUEIROZ, Fabíola Gabriela Pinheiro de. **Ética do notário no desempenho de suas funções**. Disponível em: <<https://jus.com.br/art.s/18723>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

ROSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**. Edição eletrônica RidendoCastigat Mores (www.jahr.org). Disponível em www.ebooksbrasil.com.br. Acesso em: 16 jul. 2017.

SALOMÃO, Wendell Jones Fioravante e SILVA, LuisaAngelo Meneses Caixeta. **O novo alcance da ata notarial dentro do novo Código de Processo Civil**. Disponível em <http://www.notariado.org.br/index.php?pG=X19leGliZV9ub3RpY2lhcw==&in=NTYwMg>. Acesso em: 20 jul. 2017.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 25ª edição. São Paulo: Editora Malheiros, 2005.

TJRS, Agravo de Instrumento Nº 70072041155, Vigésima Câmara Cível, Relator: Walda Maria Melo Pierro, Julgado em 22/02/2017.

TJRS, Apelação Cível Nº 70059697615, Terceira Câmara Cível, Rel. Des. Ricardo Bernd, Julgado em 07/07/2016.

Submetido em 14.09.2017

Aprovado em 21.09.2017